

AS FORÇAS ARMADAS E O DESPOTISMO ANÃO

Eduardo Mei* e Suzeley Kalil Mathias**

INTRODUÇÃO

A detenção do general e ex-ditador chileno Augusto Pinochet, em Londres, em outubro de 1998, e a recente reabertura do caso Riocentro, no Brasil, reacenderam a discussão a respeito do papel desempenhado pelos militares na política latino-americana, e apontam para o enfrentamento de antigos fantasmas que continuam a rondar sobre nossas cabeças. Todavia, colocar na ordem do dia o problema militar, não significa fazê-lo sob o mesmo signo de tempos atrás. Por isso, ao refletirmos sobre a relação entre Forças Armadas e regime político no Brasil, devemos antes de mais nada contextualizar nossas preocupações.

Com efeito, a participação política das Forças Armadas consolidou-se como tema da ciência política num contexto totalmente diverso do atual. Após o fim da Segunda Guerra Mundial e sob a égide da bipolaridade entre EUA e URSS, países em todo o globo passaram por profundas reconfigurações políticas. Na América Latina, os conflitos internos foram tratados pelo “grande líder” do Ocidente como a projeção local da Guerra Fria. A Revolução Cubana foi o fato culminante que estimulou o ativismo político dos anos 60 e 70: a atuação sindical independente e a contestação estudantil eram acompanhadas da pressão crescente das massas por melhores condições de vida e maior participação política, terreno fértil para o “movimento comunista internacional” (MCI). É nesse contexto que ditaduras militares de vários matizes e tendências assolam o continente latino-americano

por três décadas. Tais ditaduras se apresentaram como fato novo para cientistas políticos, resultando em uma vasta bibliografia.

Por mais diversas que fossem as políticas econômicas implantadas pelas ditaduras militares, elas mantiveram o caráter desenvolvimentista iniciado nos anos 30. Ainda que tenham sido muitas as distorções e gravíssimo o fato de o desenvolvimento econômico ter sido acompanhado de um crescimento sem trégua da concentração de renda, o Estado exercia um papel protagônico como agente econômico, seja como produtor direto em áreas estratégicas, seja como principal agente financiador do desenvolvimento. Todavia, a elevação das taxas de juros internacionais no fim dos anos 70 inviabilizou a captação de recursos externos pelo Estado. A década de 80 escoou em surtos hiperinflacionários e emburlos econômicos cuja sazonalidade só era comparável a sua ineficácia.

O recuo da URSS, estrangulada pelos próprios problemas econômicos, e o arrefecimento da Guerra Fria deixaram o caminho aberto para a propaganda neoliberal. Paralelamente à liquidação das estatais e à desnacionalização sem precedentes do capital nacional, os países latino-americanos delegam a agências econômicas internacionais a definição de suas políticas econômicas, reduzindo sua capacidade de decisão interna, e marcham solenemente ao matadouro da globalização submissa. Em outras palavras, aos 500 anos do Descobrimento estamos presenciando uma profunda mudança na forma da colonização.

Atualmente, ela significa a transferência monumental de capitais a empresas estrangeiras, a exclusão crescente de imensos contingentes populacionais e a ocupação predatória do meio ambiente, ou seja, a substituição dos predadores de além-mar por

* Sociólogo e membro do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp.

** Professora de política, Unesp-Franca, e pesquisadora do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp.

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.15.v0n33.2174>

predadores pátrios, iniciada no século XIX, está sendo hoje revertida. É sob o signo da colonização, pátria ou estrangeira, que devemos interpretar a angelical vocação pacífica do Brasil: ela significa apenas que a população autóctone é dizimada e há ainda muito território a depredar e que, quem se opõe à Carta de Caminha da exploração predatória, é tratado como inimigo interno.

Outro aspecto da questão que deve ser considerado diz respeito à prescrição da função tradicionalmente atribuída às Forças Armadas durante a Guerra Fria. Se, naquele período, a distribuição de forças entre os dois blocos (Leste-Oeste) permitia lotear o globo e os sujeitos políticos e, em decorrência, o espaço estratégico de cada país dentro do bloco, bem como impor a função de controle social das Forças Armadas a partir da definição de “inimigo interno”, sua superação não redundou na paz almejada. Pelo contrário, somente tornou as questões militares subordinadas às econômicas sem nada dizer a respeito de qual e como seria o papel das Forças Armadas nesse novo contexto.¹

Tanto mais grave num cenário gerado por um processo de globalização econômica e integração regional cujo destino econômico, mas principalmente político, é totalmente incerto. Uma terceira variável a ser considerada, portanto, advém da organização dos países em blocos regionais que, se por enquanto objetivam melhorar a capacidade de inserção econômica, não descartam a maior integração política. De efetivo, até agora, entre os países membros do Mercosul, não constam mais dos planejamentos militares hipóteses de guerra na região.

As instituições políticas brasileiras anteriores a 1964 certamente não eram democráticas. Todavia, o golpe militar representou uma ruptura com a ordem anterior, esmagou os germes de democracia e abortou o que poderia ser uma democracia embrionária. A debilidade institucional, camuflada durante a ditadura (quando todos os nossos problemas eram imputados ao regime de exceção), tornou-se evidente já na convocação de eleições para o Congresso Constituinte, em 1986, sob regras que asseguraram – e ainda asseguram – a influência do poder econômico nas eleições. Desde então os congressistas esmeram-se em reformar a Constituição.



Portanto, é numa situação de debilidade institucional interna associada a uma soberania atrofiada pelo processo de globalização – uma “subirania” diriam alguns – que devemos refletir sobre o papel institucional das Forças Armadas.² Hoje, há um nítido contraste com o período anterior (principalmente com os anos 70) sem que tenha havido propriamente ruptura política. A transição para o regime civil preservou vários nichos de autonomia das Forças Armadas, mas o âmbito das formulações e decisões “estratégicas” foi enormemente restringido. O escancaramento do país aos dogmas neoliberais empalideceu o sonho de um Brasil Potência, enterrando definitivamente os desejos dos sucessivos governos militares que, segundo Oliveiros Ferreira, sequer conseguiram fazer do Brasil uma nação.

Como se vê, a mera colocação do problema militar levanta uma ampla gama de questões que vai do que se pode denominar “destinação” do país à definição das tarefas das Forças Armadas.³ Ao analisarmos a atual relação entre civis e militares devemos ter em mente não apenas o legado de décadas de ditadura ou intervencionismo militar, mas também o papel cada vez mais periférico do Brasil num cenário que oscila entre o incerto e o desesperador. Assim, nas páginas que seguem, esboçamos algumas reflexões sobre a Política de Defesa Nacional (PDN), o Ministério da Defesa e a posição dos militares a respeito, nos perguntando quanto o autoritarismo vigente é herança de “ditaduras” não encerradas e, mais importante, em que medida ele é ocasião para novas formas de intervenção militar.

Nosso propósito aqui certamente não é analisar todo o processo de constituição dos regimes políticos na América Latina. Porém, os dados permitem avaliar a posição dos atores civis e militares no novo tabuleiro de poder no Brasil e apontar para como estão se

Por mais diversas que fossem as políticas econômicas implantadas pelas ditaduras militares, elas mantiveram o caráter desenvolvimentista iniciado nos anos 30.

configurando as relações entre eles na América do Sul – tema muito mais espinhoso e por isso mesmo apenas sugerido aqui, dadas as diferenças entre todos e cada um dos países.

A POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL E O MINISTÉRIO DA DEFESA

Um dos compromissos assumidos pelo candidato vitorioso nas eleições de 1994 era o de criar, até o final de seu mandato (quatro anos), o Ministério da Defesa. De certa forma esse projeto era tomado como solução definitiva – seguindo, aliás, uma tradição política no Brasil, segundo a qual qualquer solução é sempre a derradeira, a melhor e a definitiva, sem preocupações com os desdobramentos de cada uma das ações políticas – para os problemas do envolvimento dos militares com a política. Em outras palavras, no programa presidencial a substituição dos ministérios militares singulares por um único ministério significaria o fim da autonomia militar e sua definitiva subordinação ao governo civil.

O presidente, todavia, não tocou no assunto durante os três primeiros anos do seu mandato. As Forças Armadas e a defesa sequer eram temas para o governo, e a política para o setor seguia o curso já tradicional: os militares continuavam a ser atores privilegiados que discutiam seus problemas nos bastidores, sem propaganda.

Apenas no final de seu primeiro mandato, e paralelamente à decantada inavaliabilidade das reformas encaminhadas ao Congresso,⁴ o presidente nomeou uma comissão, sob comando do general Alberto Cardoso, chefe da Casa Militar, para elaborar o que veio a ser a Política de Defesa Nacional. No documento apresentado reafirma-se a Constituição, que diz ser pacífica (*sic!*) a vocação do Brasil, buscando a solução dos conflitos através do diálogo e voltada para a integração internacional. Entretanto, isso não significa abrir mão das necessidades de defesa e de tudo o que isso implica (definições estratégicas, capacitação operacional das Forças Armadas, aprimoramento tecnológico, etc.).⁵

É preciso enfatizar, porém, que só como iniciativa a atitude do presidente é positiva, pois nada mais foi feito. Muito pelo contrário, o documento é muito genérico, tornando-o inoperante enquanto uma política de governo, e não diz nada em relação a uma política militar, deixando nas mãos das Forças Armadas as definições de estrutura, reorganização, distribuição geográfica, aparelhamento estratégico, etc.

Apesar de seu conteúdo genérico e de difícil implementação, uma leitura superficial do projeto de política de defesa nacional mostra que houve uma mudança de eixo no pensamento militar sobre a temática, pois a defesa de que se trata no documento é a da soberania do Estado e do regime democrático, não havendo menção ao “inimigo interno”, central à doutrina das Forças Armadas brasileiras, para não dizer latino-americanas, até bem pouco tempo.

O coroamento de tal política seria a criação do Ministério da Defesa, pois de um lado reduziria substancialmente a influência castrense direta no interior do governo e, de outro, centralizaria a política militar (não a política de defesa, relativa ao governo, mas a militar, relativa à aplicação da primeira), o que, para seguir as promessas de campanha, deveria acontecer dentro do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Seguindo o que fora feito para a defesa nacional, os estudos para a transformação dos ministérios singulares das Forças em um único, responsável pela defesa nacional, foram entregues novamente ao Chefe da Casa Militar, que dirigiu a comissão que elaborou o projeto de Emenda Constitucional entregue ao presidente em meados de 1998. Ao que parece, esse projeto demorou tanto para ser feito menos pelas resistências militares que encontrou e mais por causa das verdadeiras prioridades do governo.

Com efeito, a protelação assumida no compromisso presidencial explica-se pelas prioridades urgentíssimas do governo: “a aprovação das reformas que garantiriam a estabilidade econômica” – o alicerce do Real –; o afã em garantir a si mesmo o direito de se reeleger para assegurar a implementação das ditas reformas e a manutenção da política



econômica – isto é, o próprio Real, também conhecido como sobrevalorização cambial –; e a necessidade de acusar a oposição de fazer oposição ao governo e por tudo o mais. Além disso, o presidente empacou diante dos problemas enfrentados na sua própria base de sustentação parlamentar (que como todos sabem lhe confere ampla maioria no Congresso) para a aprovação das reformas “modernizantes”.⁶

Em suma, a grande preocupação de Fernando Henrique Cardoso, desde sua posse em 1994, foi conseguir o direito de reeleger-se. Em 1998, último ano do primeiro mandato, o boato que circulava era que o Ministério da Defesa seria criado logo após as eleições que definiriam o futuro político de Fernando Henrique Cardoso. Se ele perdesse as eleições, o Ministério seria criado em novembro, deixando-o já consolidado para o seu sucessor. Se ganhasse (o que ocorreu), então o Ministério da Defesa seria parte da reforma que caracterizaria seu segundo governo.

Durante boa parte do ano de 1998 também foram discutidos os nomes de quem deveria ocupar a pasta da Defesa. Acreditava-se que o melhor seria indicar um civil, mas que fosse “aceito” pela comunidade militar. Diferente, portanto, dos demais ministérios, nesse não seria o apoio político que nortearia a escolha do presidente: essa escolha subordinar-se-ia ao aval dos setores castrenses. Isso desnuda a relativa autonomia política das Forças Armadas no interior do Estado. O civil indicado foi o senador Êlcio Álvares, identificado com setores conservadores da política nacional e que nunca teve participação nas discussões relativas à defesa e aos militares.

O projeto de criação do Ministério da Defesa encaminhado ao Congresso recebeu inúmeras críticas, ao mesmo tempo em que é um bom exemplo de como estão as relações entre militares e civis no Brasil. Na verdade, o projeto foi elaborado dentro daquilo que o Emfa entendeu como adequado à manutenção da autonomia política das Forças Armadas, daí as críticas verbalizadas, por exemplo, pelo deputado José Genoíno.⁷

De fato, aprovando o projeto como lhe chegou às mãos, o Congresso perdeu uma excelente oportu-

nidade de levar a reforma administrativa – que, segundo o governo, deve levar a uma eficiência maior dos serviços públicos – para a caserna, trilhando o caminho da superação das posições privilegiadas que gozam os militares no interior do governo. Assim, ao aprovar o projeto, o que se fez na estrutura do governo foi criar mais um ministério militar. Isso porque, embora haja na formalidade da lei a transformação dos ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha em Comandos de Força, os titulares de cada uma das pastas não perderam o *status* de que hoje gozam e, portanto, mantiveram suas funções de poder.⁸

Aprovando-se a Emenda Constitucional, o que se fez foi equiparar, ao colocar no mesmo patamar hierárquico, o ministro da Defesa e os Comandantes de Força, pois elege o Senado como foro de processo e julgamento para eles, o que somente é concedido ao presidente da República e aos ministros de Estado, e também estes continuarão a ser membros natos do Conselho de Segurança Nacional.⁹

Em resumo, embora muitos acreditassem que as iniciativas do governo em relação à área militar e de defesa conduzissem a uma substancial melhora no rumo da democracia/consolidação democrática, o que se nota são medidas cosméticas, cujo objetivo parece ser mostrar, para a sociedade civil nacional e internacional, que o país já atingiu a plenitude democrática pelas mãos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Do ponto de vista da vereda que conduz a um regime menos excludente, é verdade que se avançou na subordinação das Forças Armadas aos civis, mas isso se deveu muito mais às posturas assumidas pelos militares do que pelos civis.

O escancaramento do país aos dogmas neoliberais empalideceu o sonho de um Brasil Potência, enterrando definitivamente os desejos dos sucessivos governos militares que, segundo Oliveiros Ferreira, sequer conseguiram fazer do Brasil uma nação.



A POSIÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Se para os civis a criação do Ministério da Defesa representa o final de um duro ciclo no qual o vértice do Estado foi ocupado pelas Forças Armadas, para estas representa o início de uma nova experiência de relacionamento com os governos civis em uma conjuntura na qual elas são percebidas por grande parte da sociedade civil como dispensáveis, já que o cenário internacional não apresenta conflitos nos quais o Brasil possa empregar seus militares e internamente elas não podem tomar um inimigo que justifique sua existência. Apesar disso, as Forças Armadas demonstraram mais uma vez sua capacidade de assegurar as posições conquistadas, acabando por prevalecer a idéia de que a elas caberiam, como sempre foi pensado, o controle social, no âmbito interno, e uma atenção maior para as questões amazônicas, no âmbito externo.

A verdadeira questão que está norteando o pensamento militar é a continuidade do seu controle sobre áreas de responsabilidade civil, como a aviação civil e o controle dos aeroportos, sob tradicional responsabilidade da Aeronáutica.

Portanto, diferente do que afirma a Política de Defesa, o discurso militar, representado pelos documentos do Estado-Maior do Exército,¹⁰ mostra que houve apenas um deslocamento do eixo para definir inimigo interno e não a superação desse pilar da Doutrina de Segurança Nacional, ainda que tal deslocamento tenha ocorrido somente no campo da concepção estratégica e ainda não tenha sido posto em prática.¹¹ Nele se afirma que, ao lado da estabilização da América do Sul e do

incremento das ações de paz, a situação internacional está marcada pela “crescente influência das ONGs” e pela “cobiça sobre a Amazônia Brasileira”.

No plano interno, destacam-se os conflitos pela posse da terra,¹² a ausência do Estado em áreas críticas e, novamente, a “priorização da Amazônia no planejamento estratégico militar”. Na mesma direção, aponta que os cenários de conflito mais prováveis para o futuro concentrar-se-ão nas áreas descritas, ou seja, no interior do país.

Ressalte-se, além disso, que o entendimento do que seja democracia pouco mudou. Não se trata de entender o regime democrático como a institucionalização do dissenso, ou exercício dos plenos direitos de cidadania. Democracia, conforme entendem os militares, é apenas “ouvir opiniões” dos interessados no início do processo decisório e ponto. Conforme explicitado pelo atual Comandante do Exército, esta é uma instituição democrática por excelência porque:

o processo decisório comporta ouvir opiniões dos diversos escalões interessados, até o momento da decisão. A partir de então, a autoridade de quem chefia ou comanda é exercida em sua plenitude. Democracia sem autoridade fatalmente redundará em anarquia.¹³

Como se encaixa um Ministério da Defesa, a quem caberá a condução da política militar, neste cenário? Com a Lei aprovada, pouca coisa muda para as Forças Armadas, e os Comandantes de cada Força terão condições de definir suas prioridades, dentro das limitações orçamentárias, sem interferência de outras áreas. Neste sentido, os atuais ministros têm indicado que o Ministério da Defesa será o fórum de ligação entre os Comandos militares e os setores civis, além de representante da área nos assuntos internacionais, como os encontros anuais entre os ministros militares do Mercosul.¹⁴

A verdadeira questão que está norteando o pensamento militar é a continuidade do seu controle sobre áreas de responsabilidade civil, como a aviação civil e o controle dos aeroportos, sob tradicional responsabilidade da Aeronáutica. Para eles, desde que possam continuar formulando, ainda que sob a aparente direção de um civil, suas diretrizes estratégicas e operacionais, o apoio à política governamental é imediato. Em contrapartida, o governo tem sinalizado que quer uma participação maior dos militares no controle social, como na questão agrária – onde há intervenção cotidiana do Exército em áreas de conflito –; no controle de fronteiras – substituindo, muitas vezes, a Polícia Federal –; e no controle do narcotráfico – área na qual até agora há fortes resistências dos militares em assumir.

Aliás, como têm mostrado a mídia e as próprias Forças Armadas quando têm a oportunidade, são as chamadas missões complementares que ocupam o tempo dos soldados. Até em detrimento da sua função precípua – a defesa externa –, a presença militar em campanhas de vacinação, em conservação

de estradas, na distribuição de cestas básicas, etc. cresce proporcionalmente à crise econômica. O argumento governamental no emprego das Forças Armadas em missões complementares é que elas são menos corruptíveis e mais eficientes. Isso, no mínimo, revela a incapacidade desse mesmo governo em cuidar da coisa pública como deveria. Do lado militar, gera descontentamento porque prejudica, e também porque consome seu orçamento, as atividades de treinamento para a defesa.

Olhando em perspectiva, a criação do Ministério da Defesa, para as Forças Armadas, representa somente a interposição de mais um representante civil diante da corporação. Isso porque, ao que tudo indica, permanece, não só no Brasil, mas na América Latina, uma relação de trocas mútuas entre poder civil e militar onde cada qual tem tido sucesso na manutenção de antigas posições, ainda que haja uma nova roupagem a cobrir velhas práticas.

Não sem razão, o professor Oliveiros Ferreira¹⁵ defende que já não precisamos de um regime militar, pois o *ethos* militar amalgamou as instituições políticas nacionais de tal forma que as práticas políticas são fundadas na hierarquia e na disciplina, daí o réu já não ser inocente até que se prove sua culpa, mas sim cada um de nós enfrentar uma espécie de tribunal militar sempre que temos algum problema para defender direitos. Nesse aspecto, queiramos ou não, os militares que ocuparam o poder no Brasil e na América do Sul, na década de 60, foram bem-sucedidos em seus intentos pois, fundando novos regimes, forjaram novas sociedades.

Talvez isso explique a onda de golpistas que estão chegando ao poder pelas urnas nos países da América do Sul. Sem esquecer o “despotismo anão” que vige em quase todos os países que passaram por ditaduras combinadas com crises econômicas – e no que Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem têm se mostrado imbatíveis –, podemos citar civis e militares em que as urnas consagraram o comportamento antidemocrático: Fujimori, no Peru; Banzer, militar e ex-ditador na Bolívia; Oviedo, que governou por meio de um testa-de-ferro no Paraguai – a estratégia mostrada pelo Paraguai, que culminou na crise Argaña-Cubas, aponta não para o golpe militar aberto, mas para a utilização do aparato militar como fator de poder no jogo eleitoral – e Hugo Chávez, na Venezuela. De todos os citados, somente o primeiro é civil.

Os militares têm, portanto, chegado ao posto executivo máximo dos países por um caminho nunca antes imaginado: a legitimidade das urnas. Assim, nós estamos conhecendo um novo militarismo por aqui, um militarismo sem militares.

Tudo isso mostra a falta de uma missão concreta para as Forças Armadas latino-americanas e também o quanto vêm sendo eficaz o controle dos Estados Unidos, principalmente por meio dos acordos com o FMI, sobre esses países. O exemplo recente da perda de soberania do Brasil veio com a reorganização do ministério por Fernando Henrique: ele se apressou em informar que as mudanças introduzidas não atingiriam a ordem, seja econômica, seja em seu sentido estrito, daí a manutenção dos titulares da Economia e da Defesa. Esse último, como já comentamos, alguém bastante palatável na medida em que não representa nenhuma tradição no trato com as Forças Armadas ou com a temática da defesa.

Assim, talvez uma explicação para o sucesso eleitoral de antigos generais esteja justamente no fato de eles representarem o resgate da política em detrimento da subordinação de todos os aspectos da vida desses países aos planos econômicos decididos externamente. O povo tem sinalizado, dessa forma, sua discordância com tudo que a democracia vem representando após anos de ditaduras militares. E no Brasil não é diferente. O militarismo sem farda parece ser nosso futuro imediato.

Essa perspectiva se apresenta, todavia, acompanhada de uma outra nada alentadora. Se aos 500 anos de europeização forçada da América Latina, a colonização globalizada implica a exclusão crescente de enormes contingentes populacionais, se os donos do pedaço como seus ancestrais vêm na graciosa terra descoberta a oportunidade de explorar e depredar, o que esperar daqueles que não concebem outro inimigo que não seja o interno, o irmão ou semelhante?

NOTAS

¹ O assunto é mais bem discutido em H. L. Saint-Pierre & S. Kalil Mathias, “Reflexões sobre o Mercosul: unidade

Talvez isso explique a onda de golpistas que estão chegando ao poder pelas urnas nos países da América do Sul.

- estratégica e cooperação militar”, em *História* (São Paulo: Editora da Unesp, 1997). v. 17.
- ² É escandaloso o contraste entre um poder subserviente aos agentes econômicos internacionais e ao império do mercado que, como sabemos, não tem lei nem controle, e que, entretanto, é exercido pela expedição diarréica de medidas provisórias. Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, Jânio de Freitas notava que o governo estava prestes a editar sua MP de número 3.000, alcançando a incrível marca de 3 MPs por dia útil. Cf. “FHC 3.000”, em *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 mai. 1999.
- ³ Os militares obviamente preferem atribuir ou reivindicar para si mesmos “missões”. Note-se que em sociedades democráticas são os civis que definem as tarefas daqueles, bem como sua importância.
- ⁴ Referimo-nos, obviamente, às reformas definidas na capitulação de Washington.
- ⁵ Presidência da República, Política de Defesa Nacional, Brasília, 1996.
- ⁶ O golpismo do Sr. Fernando Henrique Cardoso está mais do que demonstrado. Já seu caráter evasivo e vacilante tornou-se anedótico assim que caiu por terra o Plano do Real sobrevalorizado. O nível rasteiro do atual governo não nos permite uma linguagem menos crua.
- ⁷ Veja José Genoíno, “O Ministério da Defesa”, em *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 jan. 1999, p. A2.
- ⁸ O organograma do novo ministério pode ser consultado em *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 out. 1998, pp. 1-4.
- ⁹ O Conselho de Segurança Nacional, disciplinado pela Lei 8.183/91, é um órgão de consulta do presidente da República nos assuntos de soberania nacional e defesa do Estado de direito e somente é convocado por iniciativa do presidente. O CSN é composto pelo presidente e pelo vice-presidente da República, pelo presidente do Senado e da Câmara dos Deputados, e pelos ministros da Justiça, das Relações Exteriores, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, e do Planejamento. Podem ser convidadas outras pessoas para as reuniões do Conselho. Pelo projeto encaminhado, os membros natos são mantidos e agrega-se o ministro da Defesa.
- ¹⁰ Diniz Esteves (Comp.), *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército* (Brasília: EME, 1996).
- ¹¹ Obviamente, a concepção estratégica não implica necessariamente ações militares, mas implica treinamentos para possibilitar a ação.
- ¹² Em junho de 1996, o governo passou a tratar os conflitos de terra como questão de segurança nacional (*O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20-6-1996), sendo que o Movimento dos Sem-Terra há muito vinha sendo objeto de estudos militares (*O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 set. 1995, p. A-14). Acompanhando essa diretriz, foram nomeados dois coronéis da reserva do Exército para assumir cargos nas representações estaduais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), justamente nos locais de maior conflito rural. Isso indica que o governo vem reforçando as atitudes militares no sentido de assumirem papéis na política interna.
- ¹³ O general Gleuber Vieira deu essa declaração em entrevista cedida ao repórter Lourival Santana do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicada em 14 mar. 1999, “Ministro diz que Exército renunciou a protagonismo” (disponível no arquivo do jornal na Internet, no endereço <http://www.estado.com.br/arquivo>). Essa fala é a re colocação do princípio do chefe: “Não duvidar, não divergir, não discutir.” É ele a base da verticalidade do comportamento militar. (Cf. B. Rattembach, *El sistema social-militar en la sociedad moderna*. Buenos Aires: Pleamar, 1972).
- ¹⁴ Aliás, parece que o constrangimento brasileiro em não saber como se fazer representar nessas reuniões foi um dos fatores essenciais para a criação do Ministério da Defesa e para vencer as resistências internas às Forças Armadas.
- ¹⁵ Palestra realizada no IFCH-Unicamp em 27-11-1998.